

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl na ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.087 - MG (2019/0097625-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : ANA CRISTINA DE SOUSA PASSOS RAMALHO**  
**ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VIEIRA - MG106377**  
**EMBARGADO : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : VALERIA DUARTE COSTA PAIVA E OUTRO(S) - MG088339N**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL AFETADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. REQUISITOS. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

2. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao assentar que: (i) a questão submetida ao STJ cinge-se ao direito ao depósito do FGTS dos servidores efetivados pelo Estado de Minas Gerais em cargo público – sem terem eles prestado concurso –, por meio de dispositivo da Lei Complementar estadual n. 100/2007, posteriormente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade; e (ii) tese controvertida: análise acerca da aplicação do art. 19-A da Lei n.8.036/1990 – depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – no caso de servidores efetivados em cargo público pelo Estado de Minas Gerais sem aprovação em concurso público, por meio de dispositivo da Lei Complementar n. 100/2007, declarado posteriormente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.876/DF.

3. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Napoleão Nunes Maia Filho, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de setembro de 2019 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

